**A CRECHE “ALICE DE SALLES” NO AMAZONAS: 1929 – 1940**

Autora: Pérsida da Silva Ribeiro Miki. UFAM. persidamiki@gmail.com

Coautora: Beatriz de Souza Fidelis. UFAM. beatrizdesouza10@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

Este artigo é parte do resultado do projeto de pesquisa “História da Educação Infantil no Amazonas”, coordenado por esta autora, dentro da Universidade Federal do Amazonas, sob o nº PP-SA/0002/2015. A pesquisa ocorreu nos anos de 2015 a 2017 e fundamentou-se na história social e cultural. A mesma teve início por meio do levantamento de fontes, no período de doutoramento dessa autora, e verificou-se a existência de uma instituição infantil denominada como Creche “Alice de Salles”, no final dos anos de 1920 em Manaus/Am.

A creche apareceu citada na Mensagem do Presidente do Amazonas Ephigenio Ferreira de Salles, de 14 de julho de 1929, destinada aos filhos de hansenianos, localizada na antiga chácara Affonso de Carvalho, no bairro da Cachoeirinha, sob os cuidados da diretora Maria de Miranda Leão. Essa informação não compôs a tese que se concentrou nos jardins de infância amazonenses (1897-1933). No entanto, houve alguns questionamentos que nortearam essa investigação: o que instituição foi a creche “Alice de Salles”? Como se organizava? Quem eram os seus sujeitos? Que concepções e ideias circulavam para a sua criação? O que representou para uma política de educação infantil no Amazonas? Quais as relações nacionais dessa instituição infantil? Qual o período de sua existência e/ou modificações nos anos de 1930?

Tendo como referência os problemas que norteiam o campo de investigação na história da educação, essa reflexão sobre as instituições infantis no Amazonas, dentro da história da educação, teve a preocupação de ampliar os estudos além dos centros de referência nacionais (sudeste e sul), considerando-a não como uma particularidade exótica, mas dentro de uma compreensão em que a história do Amazonas é, ainda, Amazônica e constitutiva do processo histórico.

A história da infância não pode ser considerada uma história “menor”. Kuhlmann Jr. (2007) esclarece que as diversas concepções de infância construídas socialmente, assim como as formas de educação escolarizadas repercutem estratégias de poder, “modeladoras”, advindas do modelo europeu (creches, escolas maternais e jardins-de-infância), na passagem do século XIX para o XX, e que no Brasil (no início do século XX) houve um “deslocamento da influência europeia para os EUA” (p. 8).

A Creche, enquanto instituição, dentro das políticas governamentais, foi criada após os jardins de infância, apesar do atendimento destinado às crianças com idade mais tenra (KUHLMANN Jr., 2000). No Amazonas, do primeiro jardim de infância público, em 1897, no Instituto Benjamin Constant, à creche “Alice de Salles”, houve um espaço temporal de 32 anos, o que pode representar políticas diferenciadas para a criança por meio das instituições educacionais (MIKI, 2014).

Nesse sentido, a pesquisa teve os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

* Investigar sobre a história da infância e sua escolarização no estado do Amazonas, focalizando a creche “Alice de Salles”, no período de 1929 a 1940.

Objetivos Específicos:

* Caracterizar a creche “Alice de Salles” como uma das instituições para a infância amazonense, tendo como referência a sua organização, funcionamento, instalações físicas e os seus sujeitos.
* Verificar os encaminhamentos de políticas públicas para a creche “Alice de Salles”, no período de 1929 a 1940.

1. **FUNDAMENTOS INVESTIGATIVOS**

A importância dessa pesquisa primeiramente encontra-se na ausência de estudos sobre a infância no Amazonas, que evoque a primeira infância, na história da educação, sob os fundamentos da história social e cultural. Esses estudos possibilitarão a produção de fontes de pesquisa dentro da área, que apesar existirem, precisam ser anunciadas e problematizadas. (MIKI, 2014).

O período inicial de 1929 demarca a primeira vez em que a creche foi citada nas Mensagens governamentais do Amazonas. O estudo de um pouco mais de dez anos, até 1940, nas Mensagens governamentais do Amazonas e no Jornal do Commercio, trouxe informações sobre a creche “Alice de Salles”, no sentido de verificar a sua existência, funcionamento, sujeitos e/ou possíveis encaminhamentos na criação de outras instituições para a criança pequena.

A formação epistemológica e metodológica para essa pesquisa também é primordial. Assim, autores como Moysés Kuhlmann Jr. (2000; 2010), Edward Thompson (1981), De Certeau (1982), Le Goff (2003), Burke (1992), Vidal e Faria Filho (2003) e Ginzburg (1989) pertenceram a essa investigação.

A construção de uma narrativa histórica acerca da educação sobre a infância, que muitas vezes é esquecida, e que necessita ser contada, se constituiu, ainda, na relevância dessa pesquisa, seja para uma compreensão sobre o tratamento dado à infância no Amazonas ou para servir de subsídios analíticos aos que estudam nos cursos de graduação em Pedagogia e de pós-graduação em Educação.

A história social e cultural encontra-se fundamentada no movimento e na publicação da revista dos *Annales*, a partir dos anos de 1920, que teve como fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch. Esse movimento trouxe à tona a perspectiva da narração histórica pela “história problema”, envolvendo não apenas aspectos econômicos, mas essencialmente social e cultural (BURKE, 1992).

A abertura a novos olhares ainda está em permanentes modificações no Brasil e encontramos narrações que podem ainda se caracterizar por estudos mais positivistas ou ainda marxistas e socioculturais. Contudo, foi a partir da década de 1980, por meio das associações e interlocuções entre instituições de pesquisa e profissionais, que houve a abertura para as pesquisas que ultrapassassem a ótica positivista (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

A postura do pesquisador social e cultural envolve novos olhares acerca das categorias do tempo e do lugar, com as problematizações no presente. O historiador tem que ter a consciência que ele ao elaborar as narrativas artificializa a natureza, criando um corpo que é subjetivo, social e político (DE CERTEAU, 1982).

Com a abertura sobre olhar investigativo, as fontes também se expandem e devem ser compreendidas como documento/monumento (LE GOFF, 2003). Isso significa não apenas a ampliação, mas a sua pseudoneutralidade, pois a sua permanência no tempo/espaço dependem das lutas entre os grupos que as produziram e as defenderam. Ao pesquisador cabe a problematização das fontes e sua contextualização.

A pesquisa em história tem uma lógica característica, é antes de tudo uma pesquisa prática. Os fundamentos teóricos subsidiam os caminhos metodológicos do pesquisador, mas somente diante da busca e do confronto entre as fontes históricas, assim como a sua seleção, problematização, análise e produção das narrativas é que a prática histórica se estabelece. Assim, tudo pode ser revisitado pois encontra-se em movimento em que o se adequa entanto material do pesquisador, flexível às constantes mudanças dos fenômenos, a novos fatos e inquietações, para que não se perca nada dos eventos históricos (DE CERTAU, 1982; THOMPSON, 1981). Por esse motivo, a lógica histórica não pode ser enquadrada nos critérios lógicos de pesquisa cientifica de outras áreas, como a física, já que não permite repetir experimentos, mesmo que alguns fatos históricos se pareçam, jamais serão iguais. Essa lógica histórica tem como objetivo: “reconstruir, explicar e compreender seu objeto: a história real” (THOMPSON, 1981, p. 58).

1. **A IDEIA DE CRECHE**

A criação da ideia de creche surgiu na Europa, no fim do século XVIII e início do século XIX. Tinha como objetivo guardar as crianças (0 a 3 anos) durante a jornada de trabalho das famílias; nasce, portanto, de uma necessidade ao sistema capitalista de produção e da urbanização (SANCHES, 2004). Desta forma, sua origem na sociedade ocidental, baseou-se na relação: mulher, trabalho e criança (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No Brasil, o primeiro registro sobre a existência de creches foi em 1879, no Rio de Janeiro, em um jornal chamado *A mãi de Família*, era um jornal destinado às mães burguesas e às senhoras fluminenses, seu principal redator era o Dr. Carlos Costa, um médico da época especialista em moléstias infantis. Um artigo nesse jornal intitulado “A Creche (asilo para a primeira infância)”, escrito por Dr. K. Vinelli, também médico, relatou que a criação da creche popular no Brasil teve o objetivo diferente das creches implantadas na França e nos países Europeus, que eram destinadas ao cuidado e proteção da criança para as mães trabalharem fora de seu domicilio (MENDES, 2005; KUHLMANN Jr., 2010; VASCONCELLOS, 2011).

Outro indício refere-se à criação das creches no Brasil para o acolhimento dos filhos das domésticas, talvez pelo fato delas virem de origem escrava, o que poderia relacionar a popularização de uma instituição com a condição de classe da mulher negra. Ainda no artigo *A mãi de Família* é destacada a Lei do Ventre Livre, que determinava a liberdade aos filhos nascidos das escravas. Tal condição no império é expressada no artigo 2º, da Lei do Ventre Livre: “O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêstes em virtude do Art. 1.º- § 6º.” (LEI nº 2040 de 28.09.1871). Com isso, houve a necessidade da criação da creche cuidar e educar dos filhos das mulheres escravas (MENDES, 2005; KUHLMANN Jr., 2010; VASCONCELLOS, 2011).

No período republicano as instituições criadas como creches, asilos e internatos, com objetivo de diminuir o índice de mortalidade infantil e assegurar o cuidado das crianças pobres, teve a participação das casas de Misericórdia e de organizações filantrópicas e religiosas que realizavam o amparo a criança pobre com o apoio do Estado. (MENDES, 2005; PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No Brasil, a creche surgiu no final do século XIX para acompanhar o processo de industrialização e urbanização do país (SANCHES, 2004). O início do século XX foi marcado por transformações econômicas, políticas e sociais no país (DUARTE, 2012). A origem da creche, atrelada ao trabalho feminino, preocupações sanitárias e filantrópicas, foi assistencialista, pois o trabalho desenvolvido com as crianças era de higiene, alimentação e cuidados físicos, não tinham enfoque pedagógico, funcionavam de depósitos de crianças para que as mães pudessem trabalhar fora (ALVES, 2011).

As características das instituições brasileiras marcadas pelo pouco investimento do Estado, na configuração de assistência, no interesse de manutenção da ordem social, política e “apaziguadora” da criança pobre, compreendiam a necessidade de controlar a criança “como ameaça social”. (KUHLMANN Jr., 2007, p.27). “Não que estas instituições tenham sido assistenciais em uma época e estejam se tornando educacionais. Desde o início, elas foram pensadas como instituições educacionais. No entanto, para as classes populares, para as crianças pobres, reiteradamente se pensou uma educação pobre para os pobres, uma educação de baixa qualidade para os pobres. Aí poderíamos qualificar esta educação como assistencialista, no sentido de revelar um preconceito com a pobreza.” (KUHLMANN Jr., 2007, p.3).

A discussão sobre a natureza da creche como assistencial ou educacional emerge no cenário teórico de sua criação e funcionamento. No entanto, verifica-se como uma instituição voltada principalmente às mulheres das classes baixas e trabalhadoras (VIEIRA, 1988; KISHIMOTO, 1988; KUHLMANN Jr., 2010). Esse debate propõe que é perigoso haver generalizações, mas é imprescindível o estudo das instituições em suas especificidades locais, ou seja, é importante que se aprofunde na história da creche enquanto instituição no Amazonas, a exemplo da “Alice de Salles”.

1. **A CRECHE “ALICE DE SALLES”**

No final do século XIX a hanseníase se constituiu como problema sanitário internacional. No Brasil o censo realizado entre 1920 e 1925 mostrava que as regiões com mais casos de lepra eram o Sudeste e o Norte, no total do país aproximava-se o número de 11.174 pessoas com a doença. Não diferente de vários estados brasileiros, o Amazonas adotou as orientações e medidas das diretrizes nacionais para lidar com a doença, levando em conta as peculiaridades locais. Alfredo da Matta foi o médico leprologista principal na profilaxia da letra no estado do Amazonas, ele defendia a política de isolamento dos doentes (SCHWEICKARDT; XEREX, 2015).

De acordo com um noticiário que tinha como título “Em defesa do preventório anti-leproso” do Dr. H. C. de Souza Araújo, em 1923 foi baixado um decreto que “estatuiu a segregação dos filhos dos leprosos, sempre que possível imediatamente após o seu nascimento” (ARAÚJO, 1942, p. 466). A creche “Alice de Salles” aparece nesse noticiário como uma das creches do Norte do país, em Manaus, que foi fundada em 1928, para atender essa necessidade.

Efigênio Salles como governador do Amazonas declarou o seguinte: “Sabido que os descendentes dos lázaros não trazem comsigo, ao nascer, a herança estigmatizadora, dois grandes motivos passaram a aconselhar o asylamento dos que vissem o mundo em lares contagiosos” (AMAZONAS, Mensagem, 1929, p. 205). Na revista da Associação Commercial do Amazonas – ACA (1928) encontraram-se registros sobre a Creche Alice de Salles e a sua finalidade: livrar os recém-nascidos do contágio de hanseníase pelos pais doentes. Assim, houve duas justificativas para a criação da creche: a primeira, evitar que os bebês, filhos de pais hansenianos, fossem já infectados com a “infeliz doença” e, a segunda, foi tentar baixar os índices de pessoas infectadas, visto que era obrigação do governo criar meios para isso, com a política de isolamento.

Ainda na Mensagem Presidencial do Amazonas (1929) Ephigenio Salles relata que a instalação da Creche foi no bairro da Cachoeirinha, na antiga Chácara Affonso de Carvalho, que recebeu modificações, reforma e modelamento necessários para tornar seu ambiente adequado a confortável. Nomeou Maria Miranda Leão como a primeira diretora da creche.

Maria Theodolinda do Miranda Leão nasceu no Amazonas, estudou de 1904 a 1913 no Instituto Benjamin Constant, onde entrou com 11 anos de idade e saiu com idade provável de 22 anos (MIKI, 2014). Atuou mais tarde no movimento feminino em obras assistencialistas com apoio da Igreja Católica e, por isso, ficou sendo chamada de Mãezinha; em 1922 ingressou na vida pública no Serviço de Profilaxia Rural, onde foi Fundadora da Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância e do Serviço para crianças recém-nascidas de pais hansenianos. Foi a primeira diretora da Creche Alice de Salles em 1928. Eleita Deputada e Constituinte do Amazonas (1935), sendo também membro da Ação Integralista Brasileira (AIB). Foi defensora da Igreja Católica e defensora do ensino religioso. Além de ser a favor da participação da mulher na política, foi diretora da casa Doutor Fajardo, que era outra instituição da amparo a criança no Amazonas (COSTA, 2001).

O nome da creche foi dado pelo Dr. Samuel Uchôa como homenagem a esposa de Ephigenio Salles, pois segundo ele, ela foi a primeira pessoa de quem ele se lembrou, pelo especial carinho dela de promover a instalação e funcionamento da creche na antiga chácara Affonso de Carvalho até que se tornasse satisfatória aos seus fins.

1. **ASPECTOS RELACIONADOS À CRECHE “ALICE DE SALLES”**

Em pesquisa no Jornal do Commercio, no período de 1928 a 1940, três aspectos podem ser relacionados à Creche “Alice de Salles”. O primeiro, corresponde à forte relação com a Igreja Católica com a creche; ainda, as relações de pagamento do estado do Amazonas e da Prefeitura para a manutenção dessa instituição junto às interlocuções com Maria de Miranda Leão e a Liga da Criança Pobre; e, finalmente, os novos encaminhamentos feitos por Araújo Lima que destinou o prédio da creche para a escola premonitória às meninas “desprotegidas da sorte”.

4.1 As missas na creche “Alice de Salles”

Nos espaços da creche “Alice de Salles” havia uma capela onde a Igreja Católica celebrava missas frequentemente aos Domingos, às seis horas da manhã. O anúncio no Jornal do Commercio era impresso em sua primeira ou segunda folha, e teve início em 15/05/1932 a 14/07/1935, onde se encontrou o último registro do anúncio de missa. A missa na creche era anunciada em conjunto com outras missas em igrejas e instituições da cidade. Na catedral de Manaus ocorriam às cinco, sete e dez horas; na Igreja Nossa Senhora dos Remédios, às cinco e oito horas; na Igreja São Sebastião, às cinco, sete e nove horas, na capela Portuguesa Beneficente e na Santa Casa de Misericórdia, às cinco e quinze horas; nas capelas de Santa Terezinha do Menino Jesus, da Casa Dr. Fajardo e da Creche “Alice de Salles”, às seis horas; na capela do Colégio dos Salesianos, às seis e sete horas; nas capelas dos Colégios Santa Doroteia e Maria Auxiliadora, às seis e meia; em São Raimundo, às oito horas; na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, na Villa Municipal, às sete horas. Após o primeiro anúncio em 15/05/1932, os mesmos ocorreram em todos os Domingos do mês de julho (03, 10, 17, 24 e 31), e de agosto até dezembro, uma vez ao mês (07/08, 11/09, 02/10, 06/11 e 18/12). Depois voltaram a serem anunciadas no ano de 1933, uma vez ao mês, nas datas de 12/03, 23/04, 07/05, 14/05 e 21/05/1933. No decorrer desse período não houve mais anúncio de missas aos Domingos, com exceção de 14/07/1935, onde podemos considerar que foi o último anúncio de missa na Creche “Alice de Salles”.

A partir de 24/07/1932, sempre abaixo do anúncio das missas, outro era impresso no Jornal do Commercio, correspondendo a permissão de visitas das seguintes instituições: hospitais da Santa Casa de Misericórdia e Portuguesa Beneficente; Asilo de Mendicidade; Instituto Benjamin Constant; Casa de Detenção; Colégio Santa Doroteia; Colônia dos Alienados Eduardo Ribeiro e Casa Doutor Fajardo. A Creche “Alice de Salles” não constava no anúncio, o que pode ser um indício da segregação existente e que se constituiu como prática de uma cultura institucional (escolar) em que os filhos dos pais hansenianos não poderiam receber visitas de seus progenitores e/ou familiares.

Durante ás horas regulamentares é franca a visita aos hospitais da Santa Casa de Misericordia e Portugueza Beneficente; ao Asylo de Mendicidade, Instituto Benjamin Constant, Casa de Detenção, Collegio Santa Dorothéa, Colonia de Allienados Eduardo Ribeiro e Casa Doutor Fajardo. (JORNAL DO COMMERCIO, 24/07/1932 – 14/07/1935).

Mesmo após a inclusão no anúncio da realização de missa na Casa de Detenção de Manaus, às seis e meia, a partir de 07/05/1933, e na Casa dos Agostinianos, às seis horas, 14/07/1935, sendo que para os detentos já havia a programação da abertura de visitas, a Creche “Alice de Salles” não foi incluída como uma instituição aberta a essa prática. Ou seja, era um local onde se celebravam missas, porém não se permitiam visitas abertas.

As missas podem ainda trazer indícios de uma forte relação da Igreja Católica aos filhos de hansenianos que moravam na Creche “Alice de Salle”, implicando nos cuidados às crianças, a serem feitos pelos religiosos.

4.2 Formas de manutenção da Creche “Alice de Salles”

No Jornal do Commercio, de 31/07/1930, encontraram-se duas formas de manutenção da creche, a primeira possivelmente por meio de pagamento à diretora da creche, Maria de Miranda Leão, no valor de setenta e dois mil réis, feito pela prefeitura de Manaus. A diretora da Creche “Alice de Salles” sempre foi referenciada desde a criação da creche e pelas relações estabelecidas em instituições de amparo às crianças. Na sessão dos Edis do Conselho Municipal, fez-se uma moção de aplausos ao governador Ephifenio Salles e sua esposa Alice de Salles, “[...] pela iniciativa que tiveram creando a Créche Alice de Salles”. Neste ato, houve agradecimentos à senhorinha e ao dr. Samuel Uchôa, “[...] pelo muito que fizeram para que aquella idéa se tornassem realidade.” (JORNAL DO COMMERCIO, 28/04/1928). Em menos de um mês após a sessão, Maria de Miranda Leão, tesoureira da Liga da Criança Pobre, recebia a quantia mensal de cinquenta mil réis, da firma Carneiro da Mota Companhia Limitada, para auxiliar a Casa Doutor Fajardo dirigida pela Liga. (JORNAL DO COMMERCIO, 09/05/1928).

A segunda forma de manutenção da creche “Alice de Salles” ocorreu por repasses do governo do estado do Amazonas à diretoria da creche. Um conto de réis, por conta da prefeitura de Humaitá (JORNAL DO COMMERCIO,10/03/1929). Esse mesmo valor, por conta dos saldos dos municípios de Barreirinha e Canutama, anunciado em 09/04/1929. E no Boletim do Tesouro Público do Estado, de 03 de julho de 1930, constaram as despesas da creche com outros órgãos do estado do Amazonas, destinado à creche “Alice de Salles” a quantia de 1:050$000.

A quantia de um conto de réis parece ser a média de repasse à Creche “Alice de Salles”. Este valor também constou ao “Asylo de Mendicidade”, por meio das verbas orçamentárias do estado. (JORNAL DO COMMERCIO, 10/03/1929). O valor repassado para a creche só ficou abaixo das despesas de suprimentos à coletoria (908$450) e de Gabinete do Secretário Geral de 400$000.

4.3 O prédio da Creche “Alice de Salles”

No dia de Sábado, de 23 de março de 1940, foi publicada uma matéria, na primeira página, no Jornal do Commercio, intitulada: “*Obra Grandiosa do juiz de menores*”. Foi uma extensa matéria iniciada na segunda coluna e terminada na terceira coluna do jornal. Nela constou a destinação do prédio da creche “Alice de Salles” à escola premonitória.

Tratou-se de uma ação, [...] em pról do reajustamento social das creanças abandonadas, ou daquelas cujos responsáveis não estão á altura de ministrar-lhes educação capaz de as transformar em elementos uteis á família e á sociedade, avulta, pela amplidão de suas finalidades, e da instalação da escola premunitoria, que dentro em breve será levada a efeito no antigo prédio da creche Alice Salles (JORNAL DO COMMERCIO, 23/03/1940, p.1).

A matéria defende a ação regulatória do estado sobre a família para cuidar da infância e da juventude pobre e, consequentemente, do futuro da nação, principalmente nas questões de patrimônio, cultura e moral, no sentido de retirar as crianças “de casas suspeitas” e de prostíbulos (JORNAL DO COMMERCIO, 23/03/1940). O prédio estava com as reformas em conclusão, mas foi considerado apropriado para abrigar a escola premonitória para meninas deixadas à sorte.

A descrição do prédio na matéria do jornal, por mais que a creche não estivesse mais no local, permitiu que se fizesse uma descrição do espaço da creche, pois o mesmo foi considerado adaptado para a escola premonitória.

O edifício adapta-se perfeitamente ao fim a que é destinado. É amplo, possue bastantes accommodações, podendo alojar cerca de quarenta meninas. Fica dentro de um terreno de regular extensão. Os serviços que nelle se estão realizando se acham quase concluídos, sendo pensamento do juiz de menores inaugurar a escola no proximo mez de maio ou em junho, o mais tardar (JORNAL DO COMMERCIO, 23/03/1940, p.1).

O local foi avaliado como excelente para a escola premonitória pois representava um exemplo para o bairro da Cachoeirinha, considerado pobre e populoso. As informações coletadas no Jornal do Commercio não trouxeram com precisão o que ocorreu com a creche “Alice de Salles” e suas crianças, mas verificou-se que a última missa anunciada para a creche ocorreu em 1935 e em 1940 o prédio da escola fora destinado à escola premonitória para as meninas pobres e desprovidas da sorte.

**CONCLUSÃO**

A existência da Creche “Alice de Salles” destinada aos filhos de hansenianos marcou a história da educação infantil no Amazonas, acompanhando as políticas nacionalistas de profilaxia na nação brasileira. Essa instituição médico-sanitarista foi criada pelo governo do Amazonas, com a finalidade de separar os filhos sadios de seus pais com o mal de hansen, e teve projeção nacional na forma do estado em cuidar da criança amazonense.

As informações no Jornal do Commercio (1928-1940) trouxeram algumas características da Creche “Alice de Salles” que podem ser consideradas como práticas da instituição no tratamento destinado às crianças pobres, com os pais hansenianos, e que correspondem em ações onde as concepções sobre a primeira infância estão presentes.

A primeira diz respeito ao caráter segregador que foi imposto às crianças da creche, onde não se permitiram visitas abertas de seus pais e/ou familiares. A atenção da Igreja Católica nessa instituição foi revelada pela prática de missas dominicais e a existência de uma capela no local. Isso se constituiu em uma segunda característica evidenciada pela pesquisa.

Um terceiro item corresponde às formas de manutenção da creche “Alice de Salles” que poderiam ocorrer por repasses do governo do Amazonas, mas também houve indícios da participação municipal e de contribuições particulares fornecidas por meio da Liga da Criança Pobre, como ocorreu para a Casa Dr. Fajardo, intermediada por Maria de Miranda Leão, idealizadora e, posteriormente, diretora da Creche “Alice de Salles” e tesoureira da Liga da Criança Pobre.

O Jornal do Commercio apresentou o último anúncio (1935) da missa para a Creche “Alice de Salles” e em 1940, o prédio destinado à creche foi adaptado à escola premonitória para meninas pobres e sem sorte. Isso pode indicar que talvez entre o período de 1935 a 1940 a creche tenha deixado de existir, ou suas crianças tenham sido direcionadas a outro espaço ou instituição infantil.

**REFERENCIAS**

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. *Infâncias e educação infantil*: aspectos históricos, legais e pedagógicos. Revista Aleph Infancias On Line. Ano V. N°. 16. Novembro, 2011.

AMAZONAS. *Mensagem do governador Ephigenio Salles*, de 14 de julho de 1929. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2015.

ARAUJO, Heraclides César de Souza. *Em defesa do preventório anti-leproso* (Noticiario). Rev Bras Leprol, 10(4): 464 – 467, dez. 1942.

BRASIL, *Lei do Ventre Livre*, n° 2040 de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro. O direito à educação no Amazonas (1933-1935). *Tese de Doutorado*. Belo Horizonte. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, 2001.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. *A pré escola em São Paulo (1877 a 1940).* São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil:* uma abordagem histórica*.* 5.e.d. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUHLMANN Jr., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C.G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933). *Tese de Doutorado*. Itatiba, SP. Universidade São Francisco, 2014.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes Machado. A história da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista *HISTEDBR On-line*. Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009.

REVISTA da *Associação Comercial do Amazonas*. Manaus- ACA, de 31 de outubro de 1828.

SANCHES, Emilia Cipriano. *Creche*: realidade e ambiguidades. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; XEREX, Luena Matheus de. *A hanseníase no Amazonas*: política e institucionalização de uma doença. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n.4, out,-dez. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (Org.). *Educação da Infância*: história e política. 2.ed. Niterói: Editora da UFF, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.